

Gritando inocência

MAURO CHAVES

Os deputados federais que aprovaram a elevação de seus ganhos de Cr\$ 2,6 milhões para Cr\$ 6,3 milhões este mês e quase Cr\$ 10 milhões no próximo, certamente pensam que à época de sua reeleição ninguém mais se lembrará deste golpe pré-natalino, que terá propiciado aos representantes de um povo depauperado, aflito, sob os efeitos da recessão brutal e do desemprego em massa, uma ceia tranquila, bem regada, gordíssima. É que — raciocinam eles — são tantos os escândalos do poder público que vêm à tona, os do dia desbancando os da véspera, que impossível será o eleitor reter na memória este ou aquele.

Há mesmo uma competição de espaço entre as bandalheiras públicas, o que acaba favorecendo, pela diluição, os seus protagonistas. Mas abusos como esse, que desmoralizam ao extremo o Poder Legislativo, geram pecha infamante sobre os que detêm ou detiveram mandato parlamentar, em substituição ao prestigioso status de que um dia desfrutaram. Hoje, nas escolas, filhos de deputados já escondem a profissão do pai. E se um parlamentar fizer cooper em lugar movimentado, pode correr o risco de ver gente nos seus calcanhares, gritando: "Pega ladrão."

Por isso, os deputados federais que, a exemplo do PT — liderado por José Genuíno (SP) — e de parte da bancada do PSDB, resistiram com energia àquele abuso, chegando a entrar na Justiça para impedir o exorbitante reajuste de 143,09% de sua remuneração mensal, nada mais fizeram que lutar em prol da própria sobrevivência política. Pretenderam eles deixar seus nomes bem marcados e distintos, por exemplo, do de outras figuras, como o líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), que, para desmoralizar os que se opunham ao escandaloso reajuste, propôs



12 DEZ 1991
PÁGINA 2
ESTADO DE SÃO PAULO

tornar "facultativo" o recebimento da verba de representação. Ou o presidente da Casa, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que defendeu o acintoso aumento por considerá-lo indispensável para trocar os puídos colarinhos brancos dos representantes do povo, em seus almoços com banqueiros.

Além dos que, com imbatível cara-de-pau, argumentam que, "para manter a dignidade do cargo" e não viver de presentes dados por empresários (caso dos portadores de *clotomania*), precisam ganhar mais de 150 salários mínimos por mês, existem os outros que, docemente constrangidos, em silêncio coinvinte, aprovam quaisquer cambalachos em causa própria. Também contra esta suspeitíssima maioria silenciosa os resistentes pretendem marcar posição e distinção.

É bem provável que de agora em diante, nas campanhas eleitorais, os candidatos às Casas Legislativas federais que nelas já tenham exercido mandato passem a maior parte de seu tempo, nos palanques e no horário gratuito, gritando inocência, pois para o eleitor comum — de maneira consciente ou não — haverá sempre a presunção de sua culpabilidade. Neste sentido, a prova de participação em demanda judicial contra deliberação gritantemente imoral de uma Casa Legislativa, independentemente de ser ou não considerada constitucional pelo STF, pode significar um precioso salvo-conduto moral para os parlamentares que pretendem se reeleger, disputando votos com os candidatos que terão como maior trunfo a falta de vida pregressa no Legislativo.

Quando os parlamentares estiverem ganhando Cr\$ 10 milhões no mês que vem, com certeza já terão "moralizado" os ganhos dos estaduais e vereadores, limitando-os a *apenas* Cr\$ 7,5 milhões mensais — mesmo nos municípios onde Judas perdeu as botas. Por isso, os representantes do povo faltando terão a consciência limpa, o que já lhes impedirá qualquer indigestão na ceia gorda.